



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

MINISTRA DA PRESIDÊNCIA E DA  
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Intervenção da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa**  
**Audição parlamentar regimental, Comissão para os Assuntos Constitucionais,**  
**Direitos, Liberdades e Garantias, 18 de junho de 2019**

Senhor Presidente da 1.ª Comissão,  
Senhoras e Senhores Deputados

Nesta que é a última audição regimental desta área governativa nesta legislatura gostaria de, simultaneamente, dar conta dos desenvolvimentos desde a minha última presença nesta comissão e de fazer um balanço do trabalho desenvolvido nos últimos 3 anos e meio, em cinco domínios fundamentais:

- Combate à violência doméstica;
- Igualdade de género;
- Combate à discriminação;
- Migrações e refugiados; e
- Simplificação legislativa.

No que respeita ao combate à violência doméstica podemos afirmar que o Estado está hoje mais bem preparado para apoiar as vítimas a libertarem-se do seu quotidiano de agressões.

- Há hoje mais vigilância eletrónica para os suspeitos agressores e os equipamentos de teleassistência para as vítimas de violência doméstica mais do que duplicaram.
- Há hoje mais casas de abrigo e mais acolhimentos de emergência, e estes estão mais especializados. E há também mais estruturas de atendimento. Três anos e meio depois, há hoje mais 54 respostas, cobrindo mais de 70% do território.
- Mas há também mais formação de magistrados, agentes de autoridade, oficiais de justiça. Em termos globais, as formações ministradas aos diferentes intervenientes cresceram de forma bastante expressiva;
- Foram criados ainda Gabinetes de Apoio às Vítimas em 4 Departamentos de Investigação e Ação Penal, estando prevista a abertura de mais dois, um já no final deste mês de junho e outro em setembro.

Nesta legislatura houve, sem dúvida, um reforço substancial ao nível das respostas de apoio às vítimas de violência doméstica, o que não significa que deixou de haver problemas.

As respostas hoje existentes, e que estamos sempre a trabalhar para melhorar, estimulam-nos a afirmar que as vítimas podem confiar no sistema. Que o sistema estará preparado para as acolher e para as ajudar no momento em que dele precisem, no momento em que decidam libertar-se das agressões.

A par de mais e melhores respostas, temos hoje também mais instrumentos de prevenção, atuando junto de crianças e jovens, sensibilizando para uma cultura de não violência.

\* \* \*

Portugal apresenta valores inaceitavelmente altos de violência de género e violência doméstica, sendo que neste domínio todos os casos são casos excessivos. Compete-nos, pois, conhecer melhor a realidade de forma a melhorarmos as respostas públicas.

O Governo anterior criou e o atual Governo operacionalizou a Equipa de Análise Retrospectiva dos Homicídios em Contexto de Violência Doméstica. Os relatórios desta equipa têm trazido informação relevante que é incorporada nos diferentes momentos de decisão e nas orientações dadas aos atores no terreno.

Na sequência dos trágicos acontecimentos de janeiro e fevereiro, foi criada a Comissão Técnica Multidisciplinar para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica, que ficou encarregue de apreciar três domínios específicos:

- as metodologias de recolha e tratamento de dados estatísticos;
- a intervenção das autoridades nas 72 horas subsequentes à apresentação da queixa; e
- os modelos de formação a administrar às diferentes autoridades e atores do Estado que intervêm diretamente nos processos.



O relatório final da Comissão está a ser ultimado e, por essa razão, não me alongarei nas considerações sobre o documento. Posso, contudo, adiantar que será publicado no próximo dia 28 de junho e nele constarão recomendações para ultrapassar os constrangimentos identificados nos três domínios referidos. Recomendações a que o Governo pretende, naturalmente, dar seguimento.

Os membros desta Comissão independente têm-se reunido numa base semanal ao longo dos últimos três meses. Têm realizado um trabalho muito intenso que incluiu reuniões descentralizadas, que incluiu visitas a esquadras e a casas de abrigo, que incluiu encontros com vítimas e agentes de segurança, que incluiu reuniões com serviços públicos e associações com intervenção no combate à violência.

A expectativa é grande quanto aos contributos que receberemos nos próximos dias e que contribuirão a curto e médio prazo para melhores respostas às vítimas de violência doméstica.

\* \* \*

Sabemos que só combatemos eficazmente a violência de género se atuarmos também de forma estruturante nas múltiplas dimensões da desigualdade de género.

E nesse domínio a atual maioria deu passos muito relevantes:

- Alterámos a Lei da Paridade, que estabelece uma representação mínima de 40% e prevê a recusa de candidaturas por incumprimento;

Este ano verificámos que, pela primeira vez, todas as listas dos partidos com assento parlamentar tiveram uma representação equilibrada de género. Este dado não pode ser dissociado do progresso do debate público em torno da representação política, acompanhado pelos consequentes passos legislativos.

- Aprovámos regimes de representação equilibrada nos órgãos da Administração Pública, mas também no Setor Empresarial do Estado e ainda nas empresas cotadas em bolsa.

E é com satisfação que registamos a subida da representação nos diferentes órgãos de decisão.

Satisfação porque é um imperativo de justiça, porque é elemento de coesão social, mas, sobretudo, porque uma representação corrigida de um enviesamento crónico estará sempre mais habilitada a produzir mais e melhores resultados.

- Aprovámos a Lei da Igualdade Salarial que obriga as empresas a terem uma política remuneratória transparente, exigindo a identificação e a correção das desigualdades salariais;

Já no próximo dia 27, o Governo apresentará o primeiro instrumento para a implementação desta lei com a divulgação de um barómetro das desigualdades nas empresas portuguesas, global e desagregadas por setor de atividade.

A partir de 2020, esta informação estará disponível por empresa, ficando estas obrigadas a apresentar um plano de avaliação das diferenças salariais.

- Criámos o Programa 3 em Linha de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, que é composto por um conjunto abrangente de medidas entre as quais o reforço da rede pré-escolar e o aumento da licença de parentalidade obrigatória.

Gostaria de destacar o facto de 51 entidades terem já aderido ao Pacto para a Conciliação. Este projeto visa a implementação de sistemas de gestão da conciliação, devidamente certificada.

O tema da conciliação foi abordado em sede de Concertação Social, tendo sido constituído um grupo de trabalho para avaliar a adaptação dos horários de trabalho e a inclusão da conciliação nos acordos de contratação coletiva.

- Criámos o projeto Engenheiras por 1 Dia, que visa promover as engenharias e tecnologias junto de estudantes do ensino obrigatório. Este projeto, no âmbito da educação para a cidadania, pretende desconstruir estereótipos de género e combater a segregação profissional que tantas vezes condiciona as escolhas e o futuro das jovens. Na sua segunda edição, este projeto registou uma adesão significativa de alunos, escolas e empresas.

Se pensarmos que as disparidades salariais do futuro começam a ser moldadas nos estereótipos que condicionam as opções formativas de hoje, percebemos que é da maior importância que este projeto tenha chegado a um número de alunos quase seis vezes superior ao da primeira edição, e que queremos que continue ainda a crescer.

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Este Governo e esta maioria assumiram desde o início o compromisso de um combate firme a todas as formas de discriminação. E também nestes domínios foram importantes os passos que foram dados numa luta que estará sempre inacabada.

- Eliminámos a discriminação na adoção e apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo;
- Eliminámos o impedimento no acesso à procriação medicamente assistida por casais do mesmo sexo e por mães solteiras;
- Revogámos as restrições à interrupção voluntária da gravidez introduzidas pela direita em 2015;
- Aprovámos a lei que estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género;
- Lançámos o projeto “Práticas Saudáveis” para o combate à Mutilação Genital Feminina;
- Efetuámos alterações importantes ao regime jurídico da prevenção, proibição e combate à discriminação, reforçando os poderes da CICDR e as competências de instrução do ACM; e
- Criámos a componente curricular Cidadania e Desenvolvimento.

A maioria das medidas aqui referidas faz parte da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030. É uma estratégia ambiciosa e abrangente, com Planos de Ação de Combate à Violência, de Promoção da Igualdade de Género e Combate a todas as formas de discriminação. Uma estratégia que faz uma abordagem integrada das múltiplas dimensões da discriminação. Uma estratégia com indicadores e com metas que permitirão aferir os seus resultados.

No âmbito das migrações, o Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares, aprovado a 19 de dezembro de 2018, é o primeiro grande compromisso internacional para responder aos desafios que os novos fluxos migratórios colocam, assumindo as migrações como uma questão global que não pode ser enfrentada de forma isolada.

O atual Governo alterou a lei da nacionalidade, reforçando o direito de solo, reduzindo o tempo necessário para a naturalização e o tempo de residência dos pais no país para acesso à nacionalidade ao nascimento. Foi alterada ainda a lei de entrada, saída e permanência em território nacional, flexibilizando as condições de regularização.

Numa Europa em que alguns Estados-membros substituíram a solidariedade por muros, Portugal tem sido apontado como exemplo de recetividade e de boas práticas de acolhimento pela Comissão Europeia, pelo Conselho da Europa e pela ONU.



Desde final de 2015 e até ao presente, Portugal acolheu 1.950 refugiados, no âmbito dos programas de Recolocação, Reinstalação e dos Acordos Internacionais, sendo o 6º país da UE que mais refugiados acolheu.

Ao nível do acolhimento e integração de migrantes e minorias, ampliámos e alargámos a rede e os serviços dos centros de apoio nacionais e locais à integração (CNAIM e CLAIM), recentemente distinguidos pela ONU enquanto boa prática nas políticas de acolhimento, mas também em termos de governação integrada e modernização dos serviços públicos.

Prosseguimos o apoio a projetos no âmbito do Programa Escolhas, que entra agora na 7ª Geração, promovendo a inclusão de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis, e em particular os descendentes de migrantes e de etnia cigana.

Também no domínio da simplificação legislativa e acesso ao direito publicado o Governo tem o sentimento de dever cumprido pelos muitos e importantes passos que foram dados:

- Tornámos universal e gratuito o acesso ao Diário da República Eletrónico, que permite nesta nova versão um acesso simples à versão consolidada de parte significativa do direito legislado;



- Introduzimos resumos em linguagem clara dos diplomas aprovados e disponibilizámos um dicionário de conceitos jurídicos, tudo por forma a tornar mais inteligível a legislação;
- Melhorámos a produção legislativa, adotando um espírito de contenção legislativa e tornando obrigatória a avaliação prévia do impacto da legislação aprovado em vários domínios;
- Simplificámos o ordenamento jurídico com a revogação de milhares de diplomas desatualizados ou desnecessários, melhorando assim a segurança e a certeza jurídica dos cidadãos e das empresas.

\* \* \*

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

A luta pela igualdade e a luta contra a discriminação é sempre uma tarefa inacabada. Temos bem noção disso. Mas a consciência desse facto não pode retirar ambição às medidas que ajudam a construir uma sociedade mais justa.

Estamos confiantes que nesta legislatura foram dados passos significativos rumo a uma sociedade mais coesa, condição indispensável a uma sociedade mais desenvolvida.